

**DGES Direção-Geral do Ensino Superior**

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

**Consentimento para tratamento de dados pessoais  
(Segurança Social)**

Na sua relação com os estudantes, o Estado assegura a existência de um sistema de ação social escolar que favoreça o acesso ao ensino superior e a prática de uma frequência bem sucedida, com discriminação positiva dos estudantes economicamente carenciados com adequado aproveitamento escolar, concedendo-lhes designadamente no âmbito do sistema de apoio social escolar, e na modalidade de apoio social direto, bolsas de estudo, cf. artigo 20.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro.

Nesse sentido o Despacho n.º 8442-A/2012 (2.ª série), de 22 de junho, na sua atual redação, aprova o Regulamento de atribuição de bolsas de estudo a estudantes do ensino superior (adiante apenas RABEEES).

A atribuição de bolsa de estudo para a frequência de cursos técnicos superiores profissionais e de ciclos de estudos conducentes aos graus de licenciado ou de mestre, assim como para a realização de estágios profissionais de titulares do grau de licenciado ou de mestre abrangidos pelo disposto no artigo 46.º-B do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, na sua atual redação, depende de requerimento apresentado nesse sentido, no qual o requerente deve indicar os rendimentos dos membros do seu agregado familiar, de forma a permitir a averiguação da condição socioeconómica do mesmo.

De forma a simplificar o procedimento administrativo de candidaturas à ação social escolar no ensino superior, designadamente diminuindo o número de documentos comprovativos solicitados aos candidatos a apoio de ação social escolar através da comunicação e interoperabilidade entre os serviços públicos, pretendo a Direção-Geral do Ensino Superior proceder à recolha eletrónica dos dados necessários para averiguação da condição de elegibilidade do candidato, nomeadamente a partir dos serviços da segurança social.

Nestes termos:

1. Os elementos abaixo identificados tomam conhecimento de que foram indicados como pertencentes ao agregado familiar e prestam consentimento para que o Instituto de Informática, I.P., e o Instituto de Segurança Social, I.P., disponibilizem à Direção-Geral do Ensino Superior, para efeitos de avaliação da condição de elegibilidade do candidato à atribuição de bolsa de estudo, os seguintes dados pessoais:

a) Valor agregado dos rendimentos a que o conjunto de NISS do agregado familiar teve direito, nos termos do previsto no artigo 34.º do RABEEES;

b) Por cada NISS:

(i) Validade do NISS;

(ii) Nome do beneficiário;

(iii) Data de nascimento do beneficiário;

(iv) País; Distrito; Concelho e Freguesia de naturalidade;

(v) Situação profissional, do momento, perante a Segurança Social;

(vi) Situação contributiva, do momento, perante a Segurança Social.

Eu ANA FILIPA CAMPOS SENRA com o NISS  
11916098676 tomei conhecimento e autorizo a utilização  
dos dados acima citados e para os fins descritos

Assinatura

Ana Filipa Campos Senra

Eu Maria Aminda Arantes Campos com o NISS  
10295764526 tomei conhecimento e autorizo a utilização  
dos dados acima citados e para os fins descritos

Assinatura

Maria Aminda Arantes Campos

Eu Maria Catarina Campos Senra com o NISS  
1203952454 tomei conhecimento e autorizo a utilização  
dos dados acima citados e para os fins descritos

Assinatura

Maria Catarina Campos Senra

Eu José Carlos Miranda Senra com o NISS 10295608367  
tomei conhecimento e autorizo a utilização dos dados  
acima citados e para os fins descritos

Assinatura

José Carlos Miranda Senra

2. Os elementos do agregado familiar abaixo identificados  
declararam não possuir Número de Identificação da Segurança  
Social.

3. Mais declararam conhecer que o prazo de conservação dos  
dados obtidos pela Direção-Geral do Ensino Superior é de  
cinco anos, após o que serão eliminados.